



QUEM FAZ A CIDADE? MULHERES, CRIANÇAS E CUIDADO EM TERRITÓRIOS URBANOS DIVERSOS

Grupo de Trabalho (GT): Infâncias, Juventudes e Processos Educativos

RESUMO

Este relato apresenta reflexões/dados de investigação, em andamento, que busca compreender como mulheres e crianças — desde bebês — vivenciam desigualdades, deslocamentos e disputas territoriais nos grandes centros urbanos e, como, nesses contextos, constroem práticas de cuidado e processos educativos não escolares. Com abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, combina caminhadas investigativas, entrevistas (inclusive entrevista-passo) e produção/análise de imagens (fotografias, desenhos, vídeos), compondo corpus dialógico com devolutivas públicas (exposições itinerantes). O recorte abrange centros e periferias de cidades do Brasil, Argentina, Colômbia e Portugal. Resultados parciais apontam a centralidade do cuidado como prática sociopolítica, a emergência do comum urbano em arranjos de sobrevivência e a potência das linguagens visuais como mediação ética e epistemológica para compreender infâncias em luta por moradia e direito à cidade. O estudo contribui para os estudos da infância e para debates sobre políticas públicas, formação docente e currículos sensíveis às desigualdades.

Palavras-chave: Infância. Mulheres. Cuidado. Direito à cidade. Comum urbano.

INTRODUÇÃO

Em grandes centros urbanos, em diferentes partes do mundo, veem-se desigualdades sociais, deslocamentos forçados e disputas territoriais que produzem cotidianos marcados pela precarização, pela violência de Estado e por propostas de práticas comunitárias — especialmente nas periferias — que carecem de investigação, para que possamos aprender com elas. Nesse cenário, mulheres e crianças elaboram sentidos, redes de apoio e modos de educar que transbordam a escola, articulando cuidado, resistência e produção de lugares, ora aquiescendo à égide dominante do ultraneoliberalismo, ora manifestando-se e organizando-se em práticas que contêm características problematizadoras das atuais formas de produção econômica, social e cultural. A pesquisa em andamento focaliza esses processos em diferentes cidades do Brasil, Argentina, Colômbia e Portugal, com ênfase na vida de mulheres e crianças (desde bebês) e em suas criações políticas, estéticas e educativas, inclusive por meio de imagens e de exposições itinerantes, como devolutivas públicas.



OBJETIVOS

Este texto apresenta o recorte escolhido para apresentação: reflexões relacionadas às pesquisas feitas com bebês, crianças e mulheres em ocupações fruto da luta por habitação na cidade de São Paulo e em Portugal e, com isso, não apenas divulga dados e análises de pesquisas em andamento, como também provoca diálogos e reflexões imprescindíveis ao fazer acadêmico e científico.

Desse modo, buscamos compreender como, em contextos urbanos de desigualdade e disputa territorial, mulheres e crianças constroem relações de cuidado, ora tensionando as determinações capitalistas, ora propondo novas formas de relação — especialmente comunitárias e nas periferias —, configurando processos educativos não escolares; e de que modo essas práticas configuram o direito à cidade e seus desdobramentos, entre os quais as diferentes aprendizagens.

Do ponto de vista metodológico, destacamos a busca por mapear contextos urbanos e percursos de mulheres e crianças nas cidades de São Paulo, no Brasil, e Braga, em Portugal, identificando dinâmicas de disputa territorial, deslocamentos e redes de cuidado; e por produzir e analisar um corpus multimodal (entrevistas, caminhadas, fotografias, desenhos e vídeos) que evidencie práticas, narrativas e significados sobre cuidado, comum urbano e educação nas lutas por moradia. Algumas das construções feitas ao longo das pesquisas serão compartilhadas, com destaque para fotografias e desenhos, visando, entre outras questões, tensionar políticas, currículos e práticas docentes com vistas à equidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As bases teóricas que têm fundamentado nossas pesquisas encontram-se ancoradas no pensamento de Henri Lefebvre, cuja inspiração para refletirmos sobre o direito à cidade, a produção do espaço e seus desdobramentos tem sido de extrema relevância, bem como no diálogo com autores que têm produzido reflexões sobre o “comum”, tais como Pierre Dardot e Christian Laval e Antonio Negri, os quais têm firmado suas reflexões em perspectivas que pensam o comum como prática social e política que emerge em arranjos coletivos de cuidado e uso compartilhado de recursos urbanos, reconfigurando a relação entre território, direitos e democracia (Dardot; Laval, 2017).





Também tomamos como referência a crítica do capitalismo enquanto ordem que articula exploração material e produção de subjetividades, impondo gramáticas de valoração que incidem sobre vidas precarizadas — especialmente de mulheres e crianças — e sobre a própria inteligibilidade do cuidado como trabalho social (Fraser; Jaeggi, 2020).

Nesse entrelaçamento, destacam-se os cotidianos de luta por moradia, que podem ser compreendidos como espaços pedagógicos nos quais as infâncias produzem cultura, linguagem e formas de participação. Para entender essas dinâmicas, é fundamental considerar as vivências que ocorrem em meio às disputas pelo e no espaço urbano, o que envolve formas de apropriação e experiências que incidem diretamente no que compreendemos como direito à cidade. No Brasil, o direito à moradia é previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 6º), uma importante dimensão do direito à cidade, que evidencia os movimentos de reivindicação — que ocupam ou acionam diferentes formas de luta por moradia — como protagonistas na explicitação da urgência desse direito.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa e desenho etnográfico multissítio, orientados à compreensão de práticas e sentidos em contextos urbanos diversos, e observa os princípios éticos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e nº 510/2016. Três eixos metodológicos se articulam:

- Caminhadas e entrevista-passo (Moreira, 2017): percursos guiados pelas(os) participantes, registrando narrativas situadas sobre lugares, medos, memórias, rotas de cuidado e táticas de uso do espaço. Destaca-se que na entrevista-passo pesquisadores e interlocutores, sujeitos da pesquisa, tocam e encontram o “corpo” da urbe, dos espaços públicos da cidade. Com isso, as conversas tendem a gerar dados “menos prontos”, muitas vezes incentivados pelos acontecimentos do entorno e da paisagem.
- Produção colaborativa de imagens: fotografias, desenhos e pequenos vídeos realizados com mulheres e crianças, em processo dialógico. As imagens são tratadas como mediações éticas e epistemológicas; a análise considera autoria, circunstâncias de produção, materialidade e sentidos atribuídos, com sessões de devolutiva às produtoras (coanálise).





- Registros e entrevistas semiestruturadas: constituição de um corpus textual-visual, elaboração de quadros descritivos das(os) participantes e leitura temática (eixos e subeixos) para interpretação crítica.

Seguindo os princípios éticos, adotam-se termo de consentimento/assentimento na língua de origem e em português, garantia de anonimato quando solicitado, salvaguardas para o uso e a circulação de imagens e devolutivas públicas (exposição itinerante) como prática de corresponsabilidade e reconhecimento dos saberes produzidos. Sob essas salvaguardas, embora o trabalho aqui apresentado restrinja-se às pesquisas em andamento realizadas em Portugal e Brasil, destaca-se que o trabalho de campo se desenvolve em regiões centrais e periféricas de São Paulo, Maceió, Campo Grande, Aquidauana, Vitória, Rio de Janeiro e Maricá, além de periferias de Bogotá, Buenos Aires e Lisboa, contando com equipe interinstitucional (Brasil/Argentina/Colômbia/Portugal), processos de formação de pesquisadores(as) e ações de difusão — seminários, site, publicações e exposição.

RESULTADOS

Os avanços metodológicos e analíticos alcançados até aqui permitem identificar, em primeiro lugar, a centralidade do cuidado: práticas cotidianas — organização do alimento, vigilância e proteção, circulação segura, arranjos de vizinhança — que operam como gramáticas políticas do comum e da educação do/no território. Contudo, embora o cuidado ocupe lugar central na prática, é preciso refletir sobre as condições em que se realiza e sobre o que se entende por “cuidado”, termo amplamente utilizado, mas que demanda compreensão como chave para ler práticas fecundas em um capitalismo que o apresenta como possibilidade de salvação, porém de caráter individual, ainda que exercido coletivamente. Ao cuidado somam-se as críticas ao empreendedorismo como solução individual e meritocrática de vida, sobretudo para as mulheres e para aquelas que mantêm alguma relação parental ou profissional com crianças.

Em seguida, evidencia-se o comum urbano em ato, no uso compartilhado de espaços e recursos, que produz contracenas à segregação e à violência institucional, fortalecendo redes e repertórios coletivos de resistência. Além disso, sobressai a potência





das imagens — fotografias e desenhos — como dispositivos de escuta e enunciação, abrindo leituras intergeracionais sobre medo, pertença, mobilidade e sonho. Por fim, formação e devolutivas articulam-se por meio de seminários internos, planejamento de expografias e curadorias educativas, entendidas como extensão do processo investigativo e como política de retorno às comunidades.

Tomados em conjunto, esses achados parciais sustentam a leitura de que mulheres e crianças produzem conhecimento situado e tensionam representações hegemônicas sobre infância e cidade, iluminando implicações para políticas educacionais, currículos e formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, não temos conclusões específicas para o projeto, pois ele se encontra em andamento. Apoiamos-nos na produção e nos achados de pesquisa mais recentes, realizados em São Paulo e Braga, e trazemos recortes do que já foi visto e compreendido. Afirmamos que há uma cidade produtiva, de constituição fundamentalmente capitalista, voltada aos transportes privados e à construção desenfreada de edifícios cujos valores inalcançáveis excluem grande parcela da população que reivindica o direito ao teto e à habitação; uma cidade em que a violência torna a segurança um tema constantemente presente, sem tensionar os enquadramentos que definem quem deve estar mais ou menos seguro ou, ainda, quem são aqueles que carregam o alvo da morte em seus corpos.

Isso tem implicado refletir sobre uma cidade cujas relações com os cuidados perpassam processos formativos escolares e para além das escolas, de modo a não aquiescer às égides do capital, mas a produzir efetivamente relações diversas, nas quais o caminhar e as relações comunitárias estejam presentes. Pensar em cuidados, no comum e nos direitos de mulheres e crianças remete à proteção de todas as pessoas cidadãs, e não apenas daquelas reconhecidas como passíveis de proteção e de direitos.

Se os territórios são produtos de relações entre pessoas e demais seres vivos, entre produções arquitetônicas em sua perspectiva ampla — incluindo bens e serviços —, vale pensá-los como produtos e também produtores de embates em torno de cuidados voltados, sobremaneira, às determinações do capital e a suas faces expostas e praticadas pelo campo da direita e da extrema direita na atualidade. O estudo evidencia que, em contextos



de desigualdade e disputa territorial, a vida urbana é também um campo formativo no qual cuidar, morar e educar se entrelaçam. Reconhecer a agência de mulheres e crianças — e as linguagens com que enunciam o cotidiano — é condição para redesenhar políticas e práticas educativas afinadas ao direito à cidade e à equidade. A combinação entre etnografia, entrevista-passo e produção colaborativa de imagens mostrou-se fecunda para (re)significar o lugar da infância na cidade e reposicionar o cuidado como trabalho social e pedagógico. Como desdobramento, a pesquisa prevê a ampliação do corpus visual, o aprofundamento dos eixos analíticos e a realização de exposições itinerantes, de modo a consolidar a devolutiva pública dos resultados.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleriston Izidro. **Famílias em luta por moradia e as Instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da cidade de São Paulo: entre a segregação e o acolhimento.** Relatório de estágio pós-doutoral. São Paulo: FE-USP, 2019.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante (org.). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro.** São Paulo: FEUSP, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587047133>

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro; LEITE, Maria Cristina Stello. **Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades.** Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Rio de Janeiro: Centauro, 2010.

MOREIRA, Vania Medeiros. **Cidade Passo: conversações entre arte, design e etnografia.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

